

## RESENHA DO LIVRO

LIMA, Mayumi Souza. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989 – Coleção Cidade Aberta.

Produzida por Maurícia Santos de Holanda Bezerra<sup>1</sup>  
[mauriciast@yahoo.com.br](mailto:mauriciast@yahoo.com.br)

A autora Mayumi Watanabe de Souza Lima (1934-1994) é arquiteta, sua carreira foi dedicada ao planejamento, projeto e construção de equipamentos públicos para a educação de crianças e de jovens. Suas obras, *A Cidade e a Criança* (1989) e *Arquitetura e Educação* (1995) revelam a preocupação com os projetos dos espaços de parques e escolas, principalmente, com os seus usuários.

A autora é referência na área quando o tema é arquitetura escolar, suas obras são citadas nas pesquisas que abordam o tema espaço, especialmente em estudos que tratam dos espaços educativos. No livro *A Cidade e a Criança* a autora busca apresentar, segundo suas próprias palavras, “[...] a questão do espaço [...] a forma como é organizado, distribuído e direcionado pelos que detêm o poder e como esse espaço é apropriado ou não por aqueles a quem se destinaria” (p.9).

O livro é organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, *espaço e ambiente ou espaço-ambiente*, a autora apresenta o processo de constituição do espaço físico, ou seja, na medida em que este vai se qualificando adquire uma nova condição: a de ambiente. Nessa perspectiva o espaço físico é “carregado de vida e de particularidades das pessoas que nele vivem”, e, por isso, está diretamente ligado ao componente subjetivo.

Ainda neste capítulo, Mayumi relata os resultados da pesquisa realizada com crianças, entre os anos de 1968 e 1976, com o objetivo de compreender como elas percebiam o “objetivo-subjetivo do espaço”, do pátio dos prédios e/ou no Clube Pinheiros. Suas observações indicam que “[...] o espaço físico isolado do ambiente só existe na cabeça

---

<sup>1</sup> Professora da Rede Municipal de Educação do município de Florianópolis na área da Educação Infantil, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância da Universidade Federal de Santa Catarina – NUPEIN/UFSC, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC na linha Educação e Infância.

dos adultos para medi-lo, para vendê-lo, para guardá-lo. Para a criança existe o espaço-alegria, o espaço-medo, o espaço-proteção, o espaço-mistério, o espaço-descoberta, enfim, os espaços da liberdade ou da opressão” (p.30).

No segundo capítulo, denominado *espaço e poder*, são apresentadas algumas situações históricas dos modos como os espaços são empregados como relação de dominação, acarretando a eliminação ou o uso limitado destes espaços em que a autora afirma: “Logo, o espaço também é um instrumento de poder” (p.37). A autora descreve características que fundamentam o espaço como prática de dominação dos adultos no espaço escolar: visores nas portas usados pelos adultos para controle e carteiras pregadas ao chão em posição pré-estabelecida. Diante disso, a marcação do território está atrelada ao poder do mais forte, no caso os adultos, e por isso as crianças estão sujeitas a estas ordens, limitando o uso e apropriação dos espaços nas instituições de educação. Neste sentido, “[...] o espaço escolar não poderia ser outro: desinteressante, frio, padronizado e padronizador, na forma e na organização das salas, fechando as crianças do mundo, policiando-as, disciplinando-as” (p.38).

No terceiro capítulo, intitulado *espaço construído: para a criança, com a criança, ou da criança?*, a autora aponta um esquema espacial escolar numa tentativa de construir uma relação entre iguais no interior das instituições. Para tanto evidencia o uso dos ambientes como forma de explorar o movimento e retratar marcas pessoais (um desenho, um nome, um objeto), proporcionando o sentido de pertencimento. Afirma, no entanto, que contrariando essa concepção “[...] persiste a ideia de que a escola, para ser considerada limpa, tem de ostentar paredes, portas e janelas sem marcas de crianças ou, quando aparecem desenhos, deve ser o desenho ‘organizado e limpo’” (p.63).

A autora segue descrevendo as condições dos espaços físicos nas escolas das redes públicas e privadas, revelando que a partir de 1979 no Estado de São Paulo, com o fim do planejamento dos recursos físicos na educação, “[...] os cortes e os acréscimos tendiam pois a não se relacionar nem com as necessidades do sistema educacional nem com as crianças” (p.68).

Ainda neste capítulo, ao abordar a temática dos parques infantis, os quais, em seu conjunto de brinquedos eram formados por estruturas sistematicamente idênticas, a autora narra experiências desenvolvidas com crianças em que descreve as soluções criativas

apontadas por elas para os parques que projetaram. Ela sugere, “[...] deixar o espaço suficientemente pensado para estimular a curiosidade e a imaginação da criança, mas incompleto o bastante para que ela se aproprie e transforme esse espaço através da sua própria ação” (p. 72).

No quarto capítulo, denominado *EEPG João Kopke: uma história exemplar*<sup>2</sup>, a autora conta o caso da escola João Kopke, “antes, durante e depois” como um exemplo de dominação tirânica dos adultos sobre as crianças nas escolas públicas em que “professores e diretor não sabem nada da história da construção do João Kopke nem da participação tão ativa dos seus alunos” (p. 83).

No quinto e último capítulo, o qual recebe o mesmo título do próprio livro *A criança e a cidade*, Mayumi resgata na história a rua como lugar dos adultos e também das crianças. No entanto, esclarece que no percurso histórico a rua foi adquirindo uma única função: a de circulação. Sendo um lugar de circulação tornou-se um lugar perigoso do qual as crianças deveriam ser afastadas. Diante do contexto histórico apresentado pela autora, as crianças terão que “[...] encontrar nas novas condições urbanas aqueles espaços permeáveis onde seja possível o jogo e a brincadeira que envolva os companheiros da mesma idade e observar o mundo dos adultos” (p.92).

A autora segue apresentando neste capítulo uma diversidade de estratégias criadas pelas crianças, moradoras de favelas e de apartamentos, para ocupar e construir ambientes além da área da vizinhança e das ruas do entorno. Por fim, a autora conclui que “[...] à maioria das crianças restam, pois, os espaços públicos-privados das moradias, das escolas e das ruas das quais as crianças das classes abastadas foram afastadas desde o século XVIII, em nome da segurança e da política de ordenação disciplinar dos indivíduos” (p.93).

O livro foi publicado em 1989, a temática, no entanto, ainda provoca debate, sobretudo com o intuito de pensar e planejar a qualidade dos espaços para o cuidado e a educação da primeira infância. Além disso, o livro permite idealizar espaços de educação coletiva em que os arranjos espaciais são determinantes ou limitantes das experiências possíveis. Ressalto que uma finalidade da síntese do livro aqui apresentado objetiva

---

<sup>2</sup> Para melhor conhecer a experiência desta escola, recomendo a leitura do artigo, *A criança e a percepção do espaço. Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 31, 1979. p.73-80. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/507.pdf>

também despertar e convidar o leitor a conhecer a obra na íntegra e, sobretudo, fomentar novas pesquisas que envolvam a temática.